

## OPINIÃO

## EDITORIAL

## Confiança, com cautela, em 2006

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registrou 57,2 pontos neste mês, uma recuperação em relação aos 52,7 pontos anotados em outubro. Acima de 50 pontos, numa escala entre 0 e 100, representa empresários confiantes na conjuntura econômica. Quanto a janeiro de 2005, o ICEI mostrou recuo relevante, pois há um ano o índice bateu em 64,7 pontos.

Este estudo capta o estado de espírito do empresário no momento. A rigor, essa avaliação da realidade também está nos surpreendentes resultados na Bovespa. Em vinte dias de janeiro, onze setores na bolsa renderam acima de 10%, com alguns extremos, como o de 18,97% do segmento das elétricas, 17,71% do eletroeletrônico, 17,55% dos bancos e 13,83% do têxtil.

O gerente da pesquisa da CNI, Renato da Fonseca, alerta que esse empresário está mais otimista, mas ainda olha o desempenho da economia "com muita cautela". Essa confiança moderada, segundo Fonseca, aparecerá na decisão de investimento, "que também deverá ser cautelosa". O ICEI de 57,2 pontos é o menor indicador dos meses de

janeiro desde 1999. Idêntica cautela aparece também na expectativa de observadores do mercado financeiro: neste ano, a volatilidade será menor do que a de 2002, mas a alta deve perder ritmo no segundo semestre.

Ou seja, apesar de todas as ressalvas, como 2006 será ano eleitoral, espera-se fortes investi-

**Pesquisa da CNI mostra empresário brasileiro otimista, mas cauteloso. Unctad e investidores externos têm a mesma expectativa para o País**

timentos do Estado e, portanto, teremos um ano de prováveis vacas gordas. O impulso de tantas expectativas positivas, sem dúvida, vem do cenário externo, muito otimista, porque o mercado internacional de produtos básicos está bastante "comprador", pelo crescimento da China e dos EUA. Com quadro tão favorável, por que tanta cautela do investidor com o Brasil?

Segundo dados publicados anteontem pela Conferência da ONU para o Desenvolvimento e Comércio (Unctad), o Brasil fechou 2005 com queda de

15% no fluxo de capital estrangeiro. No ano passado o País recebeu US\$ 15,5 bilhões de investimentos diretos; em 2004 foram US\$ 18,2 bilhões. Com esse recuo o México superou o Brasil como destino prioritário de investimentos na América Latina, embora os mexicanos também tenham perdido 4% de recursos em 2005 em relação ao ano anterior.

A expectativa dos investidores sobre o Brasil não é diferente da aventada pelo relatório "Situação e perspectiva para a economia mundial", da ONU, divulgado ontem. Em 2006, o Brasil e o México avançam 3% e 3,5%, respectivamente, enquanto a Argentina deve crescer 6%; o Chile e a Venezuela, 5,5%; o Peru, 5%; e a Colômbia, 4,5%. O relatório da ONU explica os motivos pelos quais as duas maiores economias latino-americanas crescerão menos que os vizinhos: juros no caso brasileiro e o "fator China" no mexicano. A "política monetária restritiva" ainda prejudicará o desenvolvimento brasileiro neste ano, segundo esse relatório.

Nesse quadro, as últimas bondades do presidente Lula, de recuperação do mínimo e re-

núncia fiscal, representam remédio brando demais para males tão significativos. O rigor fiscal nas contas públicas — base da confiança internacional na economia brasileira que permite os 271 pontos no risco País — deve sofrer impacto significativo com essa decisão. Cerca de um quarto dos municípios brasileiros já avisaram que não podem pagar o valor do novo mínimo sem descumprir os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apesar desse fato, nada indica que o debate eleitoral deixe de lado o valor do mínimo e discuta, com seriedade, as diretrizes do modelo, ou seja, as alternativas à "política monetária restritiva", na imagem do relatório da ONU. O investidor externo questiona se o cenário externo bastante favorável de 2005/06 se repetirá em 2007. Seja quem for o novo presidente, ele deverá ter resposta para esse quadro daqui a um ano. Como a busca dessa resposta parece não preocupar as lideranças políticas, o empresário brasileiro e o investidor externo mantêm cautela.